



HERMENÊUTICA RICOEURIANA NA COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO NAS ORGANIZAÇÕES

1- Paulo Marcelo Ferraresi Pegino*

Doutor pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV-SP),
Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações do Unicesumar (PPGGCO/UNICESUMAR),
Brasil.

pferraresi@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5000143365122255>

Diego Maganhotto Coraiola – Editor Geral

Editor responsável pela submissão:

Diego Maganhotto Coraiola.

Artigo analisado via processo de revisão duplo cego (*Double-blind*).

Recebido em: 06/06/2016

Aprovado em: 08/03/2017

Última Alteração: 17/03/2017

* Contato Principal: Av. Guedner, 1610. Jardim Aclimação, Maringá-PR, Brasil. CEP: 87050-900

HERMENÊUTICA RICOEURIANA NA COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO NAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

O presente ensaio objetiva apresentar algumas reflexões sobre a hermenêutica ricoeuriana, demonstrando seu potencial onto-epistemológico e teórico-metodológico para os Estudos Organizacionais e, em especial, para a compreensão e a interpretação do discurso. Desse objetivo principal, decorrem-se algumas discussões acessórias que visam refletir sobre o estágio atual da análise do discurso em contrapartida com o desenvolvimento teórico-conceitual do discurso na tradição da hermenêutica ricoeuriana. A despeito da consolidação do tema 'discurso' como objeto dos Estudos Organizacionais, esse ensaio, em específico, possui um caráter exploratório, propondo uma discussão acerca de um autor denso e ainda pouco utilizado no campo. Além disso, o desenvolvimento do campo da análise do discurso na Administração se deu às expensas de análises filosóficas mais profundas e de rigor conceitual, revelando uma lacuna em termos de discussões teóricas. Busca-se também demonstrar como, na hermenêutica ricoeuriana, os conceitos mais elementares estão intimamente conectados aos aspectos filosóficos mais estruturais do discurso. As conclusões são apresentadas ao longo de toda a exposição, mas culminam na demonstração da hermenêutica ricoeuriana como uma epistemologia para a análise do discurso.

Palavras-chave

Análise do discurso; Hermenêutica; Ontologia, Epistemologia, Estudos organizacionais.

PAUL RICOEUR'S HERMENEUTICS IN DISCOURSE ANALYSIS

ABSTRACT

This paper aims to present some reflections on Paul Ricoeur's hermeneutics, showing his onto-epistemological and theoretical-methodological basis as an alternative perspective to Discourse Analysis. Moreover, I present some ancillary discussions that aim to reflect on (i) the current stage of the discourse analysis (DA) as a field; and (ii) the theoretical development of the discourse in the hermeneutics tradition. Despite of the consolidation of the discourse as object of Organizational Studies, this specific essay is exploratory, proposing discussions about a dense but still uncommon author in the field. In addition, I argue that the DA development has come at the expense of deeper philosophical analysis and conceptual rigor, revealing a gap in terms of theoretical discussions. I also demonstrate how the most elementary Paul Ricoeur's hermeneutics concepts are intimately connected to the structural philosophical aspects of the discourse. The conclusions are presented throughout the exposition, but culminate in a defense of Paul Ricoeur's hermeneutics as an epistemology for DA.

Keywords

Discourse analysis; Ricoeur's hermeneutic; Ontology; Epistemology; Organizational studies.

1 Introdução

O discurso tem servido aos estudos organizacionais (EOR) contemporâneos como objeto, de forma recorrente e intensa, sob múltiplas formas e variadas perspectivas de análise. Como objeto, a referência primeira é aquela à conhecida dualidade “discurso versus prática” (como por exemplo, nos trabalhos de Woodman, 2008; Kallio, 2007; Brandão, 2006), invariavelmente dada como resultado de investigações empíricas que apontam desarmonias e incoerências da prática observada frente a um discurso organizacional, ou do resultado do desembaraçar de um sistema simbólico que revela um *ethos* distante daquele do ‘dito enquanto tal’ da organização.

Entretanto, o discurso e a análise do discurso (AD) têm servido também como meio de acesso a fenômenos organizacionais mais subjetivos e complexos, permitindo aos pesquisadores compreenderem o discurso como um recurso legitimador no processo de criação de identidades corporativas (Halsall, 2009; Reynolds & Yuthas, 2008); como elemento mediador das relações entre organização e sociedade (Nayak & Becket, 2008); como elemento estigmatizante, tanto de exclusão como de inclusão nas organizações (Bendl, 2008); como elemento mediador de práticas organizacionais, incluindo aí as práticas de controle e as relações de poder em suas mais diversas formas e manifestações (Marshak & Grant, 2008; Carrieri & Corrêa, 2007; Maguire, 1999; Costa, 2007; Saraiva, Pimenta & Correa, 2004; Peci, Vieira & Clegg, 2006); como recurso no processo da construção ou da legitimação de identidades e de subjetividades no ambiente organizacional (Smith, Valsecchi, Mueller & Gabe, 2008; Driver, 2007; Musson & Duberley, 2007; Bergstrom & Knights, 2006; Doolin, 2002; Saraiva *et al*, 2004); ou ainda, como narrativa organizacional mitificante (Ogbor, 2000).

Obviamente, as possibilidades de transformação do discurso em objeto de investigação não se encerram nos exemplos das pesquisas acima citadas. Aliás, a tentativa qualitativa de enquadramento do assunto não é tarefa das mais simples, dado que a quantidade de artigos publicados sobre discurso nas organizações cresce ano a ano pelo menos desde 1989 (Leitch & Palmer, 2010), chegando ao expressivo número de 4400 artigos apenas nos 8 principais periódicos internacionais de administração entre 2000 e 2010 (Hardy & Grant, 2012). Não por acaso, o tema passa a ser identificado como dominante dentro dos estudos organizacionais (Alvesson & Kärreman, 2011), principalmente em decorrência da “virada linguística” que acometeu todo o campo das ciências sociais (Alvesson & Kärreman, 2000a) e da filosofia (Rudolph, 2006; Surkis, 2012) desde meados do século XX.

Se por um lado o discurso como objeto é facilmente reconhecido como um dos fenômenos organizacionais contemporâneos mais expressivos (e, empiricamente disponível, o que, em tese, facilitaria seu acesso) (Hardy & Grant, 2012), por outro os pressupostos onto-epistemológicos e teórico-metodológicos da análise do discurso geram balanços negativos por parte da literatura: o discurso, tal como tem sido tratado, (i) é conceitualmente frágil e pode, a partir das evidências empíricas do seu uso nos estudos organizacionais, significar virtualmente qualquer coisa (Alvesson & Kärreman, 2000a); (ii) é operacionalizado de forma igualmente frágil, uma vez que polariza epistemologicamente a questão entre uma falsa dualidade do discurso como refletor puro da realidade e do discurso como construtor universal (ao invés de refletor) da realidade organizacional (Alvesson & Kärreman, 2011); (iii) levanta a hipótese de que o crescente interesse em sua análise no universo organizacional, em especial a partir de técnicas qualitativas, está relacionado ao aumento da disponibilidade de materiais didáticos que facilitam sua operacionalização e a percepção equivocada de que se trata de uma forma mais simples de acessar e compreender a realidade (Faria, 2015). Ainda que autores como Hardy e Grant (2012) apontem exceções às críticas acima, é certo que tanto o conceito quanto sua análise suscitam (ou deveriam suscitar) reflexões mais profundas acerca de qual seria o tratamento teórico-metodológico (e onto-epistemológico) adequado às suas particularidades.

É justamente uma reflexão desse tipo que é proposta neste artigo: a de discutir sobre a possibilidade de contribuição da hermenêutica ricoeuriana para a interpretação dos discursos organizacionais e, mais precisamente, para a AD.

A identificação do conceito de discurso na hermenêutica ricoeuriana exige a construção de um longo caminho que perpassa desde os aspectos conceituais mais pueris, como a frase e a palavra, até as reflexões mais complexas sobre as questões filosóficas e seus desdobramentos positivos em termos de construção do conhecimento científico. Ao longo de todo esse percurso, contudo, é possível identificar uma mesma unidade hermenêutica de pensamento centrada no conceito do discurso. Essa unidade de pensamento leva a hermenêutica da frase para o par dialético da semântica e da semiótica; reconstrói o conceito de discurso a partir de sua negação no estruturalismo saussuriano; resgata-o, novamente, agora para inscrevê-lo no par dialético do evento

e da significação; utiliza-o para ultrapassar o círculo hermenêutico heideggeriano e a situação irreconciliável entre a compreensão e a explicação; e, finalmente, lança-o como o elemento mediador de uma epistemologia hermenêutica que transita entre o par dialético da ontologia e da epistemologia.

Com esse caminho no horizonte, o presente artigo procura discutir de forma específica: (i) as relações entre a hermenêutica ricoeuriana e o discurso, lançando questões sobre os impactos ontológicos e epistemológicos de um sobre o outro a partir da diferença, por contraste, do conceito de texto em relação aos usos mais comuns no campo; (ii) o desaparecimento e o resgate do discurso a partir do estruturalismo saussuriano e de que forma isso impactou em conceitos importantes para a teoria do discurso, e a ausência desses conceitos na AD; (iii) o primado universal da frase como unidade de análise do discurso a partir do conteúdo proposicional e as possibilidades onto-epistemológicas da hermenêutica em sua relação com os conceitos da linguística; (iv) e, por fim, a retomada, agora conclusiva, das questões lançadas sobre os impactos onto-epistemológicos do discurso na hermenêutica e na teoria do discurso.

Cabe ressaltar que o presente trabalho não se guia pela ideia de acrescentar mais um manual prático de como proceder à AD nas organizações, mas pela possibilidade de fazer avançar o debate contemporâneo sobre discurso dentro do campo. A hermenêutica de Paul Ricoeur, aliás, tendo como origem as ciências humanas, ainda pouco permite em termos de operacionalização prática (Pegino, 2016). Em troca disso, ela acrescenta contornos teóricos e filosóficos novos sobre o conceito de discurso. A julgar pela avaliação negativa que se faz da AD, trabalhos como esse, com foco teórico, podem contribuir para o avanço do campo.

2 Discussão

2.1 A Hermenêutica Ricoeuriana e sua Relação com o Discurso

Para Ricoeur, "hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos" (Ricoeur, 1981, p.53 [tradução nossa]). É uma definição que, apesar de aparentemente simples, possui, ao menos, três implicações onto-epistemológicas importantes para a análise do discurso: ela é (i) a epistemologia que permite a "interpretação de textos", ao mesmo tempo em que é (ii) a ontologia das "operações da compreensão", porém (iii) apenas e tão somente quando ambas as dimensões estão mutuamente implicadas. Além disso, possui impacto conceitual que a diferencia de parte significativa das perspectivas de AD comumente difundidas nos principais periódicos internacionais em administração, desde a assim chamada Análise Crítica do Discurso (CDA, na sigla em inglês), principalmente a partir da transposição para dentro dos EOR dos trabalhos da sociolinguística de Fairclough (1992, 2003, 2005), como em Leitch e Palmer (2010) e Alvesson e Kärreman (2000a), por exemplo, até os chamados pós-modernistas, como nos trabalhos de Hardy e Grant (2012) e Marshak e Grant (2008), por exemplo. Comum a todas essas perspectivas, "texto" refere-se à unidade de análise do discurso. É o ponto de partida que pode institucionalizar práticas (como nos trabalhos pós-modernistas) ou propiciar a compreensão do contexto organizacional (como nos trabalhos da CDA).

Para Ricoeur, entretanto, texto é o próprio universo simbólico, apenas acessado e modificado pela compreensão e pela interpretação a partir do discurso em suas múltiplas formas, não sendo nem o ponto de partida (dado que não institucionaliza o discurso) nem o ponto de chegada (dado que não é descoberto pelo discurso), mas o movimento dialético entre ambos e, portanto, ao mesmo tempo ponto de partida e chegada para a análise do discurso. O texto, em Ricoeur (2008), é um mundo a ser explicado e compreendido, cuja mediação fundamental se dá pelo discurso. Ele não possui, assim, uma vinculação imediata com a escrita – tampouco é a unidade de análise do discurso como nos autores já citados acima – apesar de existir a partir de sua relação com o discurso, tanto em sua forma oral quanto escrita.

No debate contemporâneo sobre AD nos EOR, o conceito de texto assume pequena variação: em Grant *et al* (2004), por exemplo, o texto aparece como a manifestação do discurso e o discurso - tautologicamente - como um conjunto de textos inter-relacionados (Marshak & Grant, 2008; Phillips & Hardy, 2002); assume apenas a forma da linguagem escrita (Van Dijk, 2001), da linguagem escrita e oral nas primeiras incursões de Fairclough no campo do discurso (Fairclough, 1992) ou uma forma "multimodal" (Leitch & Palmer, 2010), a qual incluiria sons, artefatos, símbolos etc (Hardy & Grant, 2012; Fairclough, 2003). Ainda, texto e discurso podem ser tratados como sinônimos (Hardy, 2004; Fairhurst, 2004). Não incomum, um mesmo autor pode tratar o conceito de forma ambígua e com definições nem sempre compatíveis umas com as outras, como nos casos dos trabalhos de Hardy, Grant e até mesmo Fairclough. No Brasil, o conceito de texto também assume a forma implícita e imediata do discurso escrito ou falado com função, a princípio, de unidade de análise, como pode ser

observado em trabalhos como o de Carrieri, Leite-da-Silva, Souza e Pimentel (2006), Oliveira, Fragoso Sobrinho e Guarido Filho (2015), entre outros. Comum a todos, o conceito (oculto) de texto se revela como a manifestação da linguagem, com nuances entre um sentido estrito ou amplo, dependendo do uso. É evidente, porém, a despreocupação com a demarcação do conceito dentro do campo.

Dentre todos esses trabalhos, é o de Fairclough que fornece uma definição mais robusta de texto, definindo-o como “[...] o elemento linguístico/semiótico dos eventos sociais, parte analiticamente isolável do processo social” (Fairclough, 2003, p.916 [tradução nossa]). O que Fairclough chama de texto se aproxima daquilo que Ricoeur chamaria de discurso. O discurso, para Ricoeur (2008): (i) é o uso real (e a conseqüente atualização) de um sistema virtual linguístico, atravessado pela dialética do evento e da significação, dividido em duas unidades de análise, a frase (que remete à semântica) e o signo (que remete à semiótica); (ii) provoca necessariamente um manejo dos contextos, ou seja, “[...] uma atividade de discernimento que se exerce numa permuta concreta de mensagens entre os interlocutores, tendo por modelo o jogo da questão e da resposta” (Ricoeur, 2008, p.28); (iii) e possui características específicas dependendo de sua forma, oral ou escrita. Comporta, portanto, os elementos semânticos e semióticos dos quais faz referência Fairclough, porém suscita uma miríade de outras explicações adicionais para o seu adequado entendimento.

2.2 O Discurso Como Semântica

Para Ricoeur (1976), o problema fundamental do discurso gira em torno da distinção entre semântica e semiótica. Na prática, tal distinção representa o avanço que o autor promoveu, influenciado pelo trabalho de Émile Benveniste (Ricoeur, 2000), sobre o problema dos sistemas linguísticos estruturalistas inaugurado por Ferdinand de Saussure e seu *Cours de Linguistique Générale*, publicado originalmente (e postumamente) em 1916. Nessa obra, Saussure (2006) promove uma distinção entre um sistema de códigos (*langue*) sob o qual o falante constrói a mensagem (*parole*), traduzidos na versão em português como língua e fala. Se Alvesson e Kärreman (2000b) apontavam para uma “virada linguística” dentro das ciências sociais a partir de trabalhos datados entre os anos 1980 e os anos 1990, é por ignorarem completamente o impacto da obra de Saussure nas ciências sociais a partir de, pelo menos, a publicação de Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss em 1958.

Por *langue*, Saussure (2006) compreendia um sistema linguístico coletivo, sincrônico (e, portanto, a-histórico), anônimo e neutro. Por *parole*, o uso individual, intencional e diacrônico desse sistema. Essa distinção abstrata entre o código e a mensagem discursiva teve o efeito prático de promover o desaparecimento do discurso como objeto científico nos estudos da linguagem, ocasionando, posteriormente, efeito semelhante nas ciências sociais como um todo (Ricoeur, 1976). A língua, agora entendida como um sistema, cumpria com as exigências de uma cientificidade ainda tributária do positivismo. A linguística, até então diacrônica na perspectiva de Saussure, estava fadada ao exercício da crítica a partir das limitações impostas pelos documentos disponíveis, obviamente sem acesso às “fotografias da língua, tomadas momento após momento” no decurso de sua história e, portanto, se constituindo em um método “insuficiente ou inaplicável” (Saussure, 2006, p.247). Por outro lado, a língua sincrônica estava acessível na totalidade anônima de uma dada comunidade, existindo “[...] virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos”, uma vez que ela, mesmo não se apresentando completa em nenhum indivíduo isolado, seria finita no conjunto da massa (Saussure, 2006, p.21).

A *parole*, o elemento discursivo da linguística saussuriana, é o acesso individual ao sistema da *langue*. Ela se manifesta em um dado indivíduo quando da intenção de exprimir algo através de um mecanismo psicofísico. Apesar do ato da fala realizar o código da língua, ele é um fenômeno menor, “[...] acessório e mais ou menos acidental” (Saussure, 2006, p.22), dado que é evanescente, ocasional e condicionada a um momento finito (Ricoeur, 1976; 2000). A fala nada mais é, então, que o dado empírico do pesquisador ao registro (passivo) que o indivíduo realiza da língua. Em maior ou menor grau, de forma não intencional, cada falante de uma determinada comunidade faz o registro de um sistema linguístico, acessando-o e materializando-o no ato da fala. Na impossibilidade de se verificar todos esses atos individuais da fala, a linguística, então, deveria se concentrar no fenômeno social da língua. O discurso, assim, deveria ter menos atenção científica em favor do sistema, este sim previsível, controlável e redutível em suas partes constituintes. A primeira virada linguística das ciências sociais não foi a descoberta do discurso como fazem crer Alvesson e Kärreman (2000b), mas justamente a obliteração desse fenômeno: a *langue* (e seu estudo) não só pode “[...] prescindir

de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados” (Saussure, 2006, p.23).

Na antropologia de Lévi-Strauss (1975), por exemplo, o modelo estrutural de análise permitiu a divisão entre aquilo que o autor considerava o trabalho etnográfico, de coleta e classificação de dados, e o trabalho etnológico, de construção de modelos sobre os dados levantados. Os discursos que uma dada sociedade produz sobre si mesmo e o mundo possuem valor etnográfico na medida em que possibilitam o acesso (e a criação) de um modelo estrutural suficientemente amplo e complexo para o etnólogo. O discurso não tem valor de objeto, mas de dado, ou seja, não é um elemento mediador e revelador da interpretação/compreensão que o sujeito faz de si e do mundo, mas um receptáculo de manifestações empíricas de uma dada estrutura sistêmica. Os discursos e as interpretações que compõem a narrativa na sociedade são eventos evanescentes e contingenciais, apenas as estruturas profundas que os permitem existir são objetivas e, portanto, passíveis de investigações científicas.

Para Ricoeur (1976; 2000), o que a linguística saussuriana ignora, a despeito de todos os avanços científicos que propiciou ao estudo das línguas, é que, ao passar da ciência do código para fenômenos linguísticos mais amplos, como nos estudos dos mitos realizados por Lévi-Strauss, ela incorre em uma mudança qualitativa no tipo de disciplina utilizada: o código pertence à semiótica, enquanto a frase pertence à semântica. A frase, como a *parole* resultante do acesso ao sistema da *langue*, não é uma palavra mais longa nem mais complexa, mas uma nova entidade que não pode ser reduzida nas suas partes constituintes. A frase, assim, é um evento completamente novo e implica em contornos teórico-metodológicos e onto-epistemológicos específicos.

Na *langue* de Saussure, a frase é problema da *parole*, portanto não suscita preocupação linguística. Ela é parte de um conjunto cujas principais características são a enorme possibilidade de variantes e a pouca semelhança entre as partes quando analisadas comparativamente. Assim, qualquer esforço em reunir os caracteres comuns das frases esbarraria no fato de que os únicos elementos comuns em suas constituições são exatamente as palavras, levando a linguística de volta à *langue* e a sua unidade de análise, o signo (Saussure, 2006). A semiótica é, portanto, dissociativa e analítica, na medida em que compreende a língua a partir de suas partes constitutivas. A semântica, ao contrário, é integrativa e remete ao conceito de sentido, uma vez que tem na frase sua unidade de análise (Ricoeur, 1976).

Nos EOR, o exame de uma ampla amostra de estudos sobre AD nos principais periódicos internacionais sugere que a definição dos conceitos de semiótica e semântica é uma preocupação menor. São conceitos ausentes, por exemplo, nos trabalhos de Zanoni e Janssens (2015), Bommel e Spicer (2011), Thompson e Harley (2012), Curtis (2014), Iedema, Degeling, Braithwaite e White (2003), Werner e Cornelissen (2014), Holt e Mueller (2011), Golant e Sillince (2007), Mengis e Eppler (2008), Vaara, Tienari e Laurila (2006), Hardy e Grant (2012), Alvesson e Kärreman (2000a, 2000b, 2011), entre muitos outros. Na prática, a AD tem tratado tais conceitos como elementos que meramente formam o discurso, enquanto os textos escritos e orais são seus componentes semânticos; demais artefatos simbólicos, tais como quadros, imagens e sons, são seus componentes semióticos. É uma forma taxinômica de lidar com os termos e, portanto, esvaziadas em suas formas conceituais.

Essas noções de semântica e semiótica na AD se aproximam, inclusive, daquelas propostas por Fairclough (2003). Para a autora, a semiótica é um complexo conjunto de elementos não textuais. Já a semântica é um braço da linguística preocupado com o estudo do significado na linguagem. Diferencia-se da gramática, uma vez que se ocupa de seus aspectos formais e, mais importante, se diferencia também da pragmática, dado que essa última busca o significado de “[...] textos reais em contextos sociais reais”, ao passo que aquela busca significados em contextos e usos abstratos (Fairclough, 2003, p.222). Para Ricoeur, contudo, a semântica está sempre dentro de um contexto, uma vez que o discurso, ao ocorrer como um evento, é compreendido e interpretado como significação.

2.3 A Frase Como Unidade da Semântica e do Discurso

Na hermenêutica ricoeuriana, o que resulta dessa dualidade entre semiótica e semântica é a possibilidade de se resgatar o discurso do eclipse estruturalista. Ricoeur (1976) entendia que o caráter transitório e evanescente do discurso poderia significar, de fato, sua fraqueza epistemológica diante da língua. Entretanto, a uma frase segue-se um outro fenômeno correspondente ao seu caráter temporal, a significação. É nessa dialética do evento e da significação que o discurso se posiciona como um objeto particular: ele não é meramente transitório, dado que pode ser identificado e re-identificado ao ponto de poder ser dito com outras palavras ou até mesmo em

outras línguas. O elemento que permite a significação do discurso é o conteúdo proposicional, um “dito enquanto tal”, que o preserva de sua transitoriedade (Ricoeur, 1976, p.21).

Esse conteúdo proposicional é composto por uma identificação singular (um sujeito) e uma predicação (uma ação atribuída ao sujeito). Essa função predicativa leva a frase a mediar uma relação de um locutor com o mundo: é sempre o sujeito que diz, de forma intencional, alguma coisa. E o faz, ademais, utilizando um sistema de signos que não possui uma existência real, mas que só se realiza no próprio discurso (Ricoeur, 2000). No discurso, uma ação singular acontece em um tempo singular, com uma intenção singular e uma intensidade singular. É preciso ter em mente, contudo, que o sujeito da frase é aquele logicamente proposto: é natural que nos EOR, por exemplo, tal sujeito possa ser “a empresa”, bem como poderia ser, em outros contextos, “o instrumento musical”, “o universo” etc.

A frase, unidade de análise do discurso, remete à identificação de um sujeito que fala (uma identificação singular) e à identificação predicativa, ou seja, a identificação de qualidades adjetivas (“grande, bom”) e nominalizadas (“grandeza, bondade”), das classes de pertencimento (“os minerais, os animais”), das relações (“X está do lado de Y”) e das ações (“Brutus mata César”) (Ricoeur, 2000, p.115). Se a identificação singular remete ao sujeito logicamente proposto, a identificação predicativa possui caráter de universalidade, dado que pode ser aplicado aos diferentes sujeitos (Ricoeur, 2000). Nesse sentido, trabalhador e empresa podem ser adjetivados, nominalizados e descritos em termos de relações e ações. Ainda, se a frase atribui qualidades universais (predicados) a sujeitos específicos, ela ainda pode revelar: (i) o ato locucionário, ou a intenção do sujeito (em termos semânticos, não-psicologizantes); o ato ilocucionário, que é o fazer algo ao dizer; e o ato perlocucionário, que é produzir efeitos ao dizer. Além disso, como o discurso é sempre dirigido a alguém, acaba por promover um ato interlocucionário (uma interlocução) (Ricoeur, 2000).

Esses traços da frase dão ao discurso um caráter dialético complexo: o discurso acontece, mas não se esvai temporalmente, dado o sentido que produz na interlocução; esse sentido, contudo, não é puramente subjetivo, uma vez que aquilo que foi dito possui um conteúdo proposicional (a composição entre as funções identificantes e predicativas do discurso) que permite ao interlocutor identificá-lo (e re-identificá-lo). O que foi dito, justamente por poder ser identificado, adquire uma independência semântica em relação ao locutor. Mas essa independência também é, por sua vez, dialeticamente interessante: a significação dada pelo interlocutor encontra-se, justamente, com a significação intencional daquilo que foi dito pelo locutor. Isso ocorre porque o discurso é sempre, do ponto de vista semântico, auto-referencial e “o evento é alguém falando” (Ricoeur, 1976, p.24). Essa independência semântica significa dizer que nem do lado da locução nem do lado da interlocução importam as significações psicológicas para a análise do discurso. Todas as significações, e qualquer psicologia ou psicanálise que se possa derivar daí, são propostas a partir do discurso.

As significações e re-significações ao qual o discurso está sujeito não alteram sua identidade, ou seja, o seu conteúdo proposicional (o “dito enquanto tal”). Ele sofre, obviamente, diferentes interpretações que estão associadas ao contexto sócio-histórico ao qual pertence ou ao qual poderia ter sido hipoteticamente transportado. Entretanto, seu conteúdo proposicional lhe concede um caráter epistemológico de universalidade. ‘O que é dito’ parte da intencionalidade de um autor ideal. O evento do que é dito, ou seja, o ato do discurso, atualiza o sistema de códigos da língua, mas também provoca uma significação. O discurso é, então, compreendido como significação. Significar é a intenção do conteúdo proposicional e, dialeticamente, a intenção do autor: “o sentido da enunciação aponta para o significado do locutor graças à auto-referência do discurso a si mesmo enquanto acontecimento” (Ricoeur, 1976, p.25). Essa significação concede ao discurso um caráter de objeto. Graças ao conteúdo proposicional (e, obviamente, aos seus conectores) é possível dedicar-se ao discurso de forma não-psicologizante e puramente semântica. A intenção está na frase dita, independente de uma noção psicológica de intenção.

Ao apoiar-se em uma descrição detalhada da função semântica da frase, Ricoeur não planejou o desenho de um método instrumental para a AD. Pelo contrário, foi sobre esse terreno que o autor inscreveu a hermenêutica no embate onto-epistemológico entre filosofia e ciência. Nesse sentido, a proposição da intencionalidade semântica e relativamente independente do conteúdo proposicional não responde, no nível metodológico instrumental, sobre como proceder à identificação dos diversos atos constitutivos da comunicação, como os atos ilocucionários e perlocucionários. O mesmo vale para a polissemia das palavras. A polissemia pode ser entendida como o fenômeno da existência de vários sentidos para um mesmo nome (Ricoeur, 2000). É certo que a qualidade polissêmica de certos signos pode prejudicar o manejo do contexto e dificultar a atividade de interpretação dos interlocutores. Por outro lado, a polissemia intermedia uma relação dialética entre a semântica e a semiótica.

O signo, a unidade da semiótica, tem sua interpretação realizada de forma mais ou menos inequívoca que é alcançado a partir do seu sentido literal (sentido primeiro). Um trabalhador é um trabalhador. Entretanto, o caráter polissêmico das palavras pode conduzir o signo de um sentido primeiro e literal a um sentido segundo e figurado. Nesse sentido, os signos podem ser: (i) técnicos, quando se referem àquilo que de fato pretendem dizer; e (ii) simbólicos, caracterizados pelo fato de serem opacos, que visam um segundo significado, mais profundo, resgatado por analogia e passando a ideia sempre de “um como” (Ricoeur, 2004). Assim, “o peso da tomada de decisão”, por exemplo, pode ser entendida como “a decisão como um peso”. Qualquer tentativa de reflexão sobre o símbolo, então, parte sempre de um meio, “[...] da plenitude da linguagem e do significado já presente” (Ricoeur, 2004, p.285 [tradução nossa]). O que vai se interpretar no símbolo é o que já foi dito e, de certa forma, tudo já foi dito sobre o símbolo. A linguagem já se realizou no símbolo e, ao contrário da frase, em que é necessário que ocorra o seu evento para que haja a possibilidade de interpretação, no símbolo o seu significado já vem sendo carregado mesmo antes dele se realizar como um evento específico.

Entretanto, a intenção de ter a polissemia, o símbolo ou esses atos reconhecidos, é a própria efetivação do diálogo. A intenção de se fazer amedrontador ao dizer, por exemplo, pode ou não ser percebida na atividade de interlocução, mas é esse jogo de significar entre falante e ouvinte que marca a característica mais fundamental da linguagem: a dialética entre a explicação e a compreensão.

2.4 A Dialética Entre Explicação e Compreensão

Não é exagero dizer que o discurso permitiu à Ricoeur reconciliar as chamadas ciências do espírito com a explicação do mundo. A dialética entre o evento e a significação, que resgatou o discurso do ocaso provocado pelo movimento estruturalista, proporcionou à hermenêutica, ao mesmo tempo, fundar as bases para uma relação dialética entre a compreensão (ontologia) e a explicação (epistemologia). Como comentado, a virada linguística nas ciências sociais acompanhou o ritmo ditado pela linguística saussuriana. Mas, para Ricoeur, ao mesmo tempo em que o estruturalismo relegou o discurso a um segundo plano, proporcionou às ciências sociais avanços em termos epistemológicos. Em “Hermenêutica e estruturalismo” – publicado originalmente em 1969 em seu livro *Le conflit des interprétations* – Ricoeur transparece esse ponto de vista: “O estruturalismo pertence à ciência, e eu não vejo atualmente enfoque mais rigoroso e mais fecundo que o estruturalismo no nível da compreensão que lhe é própria” (Ricoeur, 2004, p.29 [tradução nossa]).

De forma concomitante, a filosofia também foi atingida pela sua própria virada linguística em meados do século XX. O efeito disso foi que a linguagem passou a ser vista, em parte, (i) como uma redenção dos problemas filosóficos: “as disputas metafísicas, pensava-se, podiam ser reduzidas a problemas sobre os significados das palavras” (Rudolph, 2006, p.64 [tradução nossa]); e, em parte, (ii) como uma guinada hermenêutica a partir dos trabalhos de Heidegger e de sua percepção acerca da falência da filosofia (Rudolph, 2006). Não é mera coincidência, portanto, que na publicação de *Le conflit*, Ricoeur tenha se posicionado contra aquilo que ele chamava de falsa dicotomia das ciências do espírito: a oposição dissonante entre a *Erklären* (explicação) e a *Verstehen* (compreensão). Ou, conforme a versão existencialista de Heidegger, a oposição entre o “objetivo e o existencial” (Ricoeur, 1969, p.396 [tradução nossa]). À filosofia, àquela altura, não competia mais explicar o mundo, mas apenas compreendê-lo.

De um lado, a linguagem permitia o fortalecimento epistemológico das ciências sociais e, de outro, a regionalização da filosofia ao posicionar seus debates internos quase que exclusivamente nas questões ontológicas. Em Heidegger (2005), essa impossibilidade da explicação culminou com a apresentação do círculo hermenêutico como um problema de natureza ontológica sob a qual inexistia a dicotomia sujeito-objeto, característica dos postulados epistemológicos. No círculo de Heidegger “[...] o sujeito se dá a si mesmo no conhecimento do objeto [...] e em contrapartida, é determinado, em sua mais subjetiva disposição, pela tomada que o objeto tem sobre o sujeito, antes mesmo que este empreenda seu conhecimento” (Ricoeur, 2008, p.41). Para Heidegger (2005), o círculo é parte da pré-estrutura essencial do sujeito (sujeito = *Dasein* ou Ser-no-mundo, na versão em português). Isso significa dizer que ele precede a todas as formas descritivas ou classificativas que circundam o mundo humano, subsumindo qualquer tentativa de se explicar a realidade aos aspectos existenciais do Ser-no-mundo. A morte ou a consciência são questões existenciais antes de serem questões biológicas, psicológicas ou teológicas. Mesmo o exame da linguagem é posterior ao *Dasein*, dado que “o fundamento ontológico-existencial da linguagem é o discurso”, e o discurso é tão existencialmente originário para o ser quanto a própria compreensibilidade (Heidegger, 2005, p.219). O discurso é condição, aliás, da articulação dessa compreensibilidade.

O círculo é, portanto, a expressão da relação irreconciliável entre a compreensão (a ontologia) e a explicação (a epistemologia), pois imprime ao sujeito o sentido de pertença (Gadamer, 1999) ou densidade ontológica (Ricoeur, 2008), mas o impede de explicar o mundo. O discurso, antes preterido pelo estruturalismo, estava agora soterrado pela ontologia.

Para Ricoeur (2008), a superação do círculo passa pela refundação do dilema proposto por Gadamer em *Verdade e Método* (*Wahrheit und Methode*, originalmente publicado em 1960), nos quais se opunham, na consciência do sujeito cognoscível, a pertença histórica (familiaridade) e o distanciamento alienante (estranheza). Para Gadamer (1999, p.442), o papel da hermenêutica deveria ser o de ficar nesse entremeio (*Zwischen*) entre a tensão que “[...] se desenrola entre a estranheza e a familiaridade que a tradição ocupa junto a nós, entre a objetividade da distância, pensada historicamente, e a pertença a uma tradição”. Como consequência, a solução para o círculo seria, então, operar conscientemente no polo da alienação. Isso porque Gadamer entendia o círculo como uma possibilidade para se construir a historicidade da compreensão, e não apenas a pré-estrutura da compreensão de Heidegger. A história opera na ontologia, dado que o sujeito é precedido por um universo de tradições já construídas ou em construção antes de sua chegada. Se situar no polo da alienação significa tomar consciência da operação ontológica da tradição a tal ponto que qualquer objetivação da história pareça impossível. Assim, ou o sujeito estabelece uma relação de pertença com seu mundo, que é uma relação de verdade com aquilo que compõe sua própria realidade, ou ele opera um distanciamento alienante, um ato filosófico consciente no qual abdica de qualquer ciência positiva sobre o vivido.

Essa oposição entre distanciamento e pertença da hermenêutica de Gadamer leva forçosamente a um dilema: “ou praticamos a atitude metodológica, mas perdemos a densidade ontológica da realidade estudada, ou então praticamos a atitude de verdade, e somos forçados a renunciar à objetividade das ciências humanas” (Ricoeur, 2008, p.50). Para Ricoeur, esse dilema, contudo, não é real: a pertença a uma tradição acaba por limitar, forçosamente, o próprio distanciamento. Se há uma tradição operando na compreensão da própria tradição, como faz concluir a historicidade ontológica de Gadamer (1999), não há opção possível em favor do polo da estranheza. Isso significa admitir, contudo, a impossibilidade de escapar da densidade ontológica. A solução de Ricoeur (2008) é, então, negar o polo restante, ou seja, recusar o distanciamento e assumir a pertença e sua historicidade. O espaço para se colocar a hermenêutica passa a ser, então, na relação dialética entre a pertença e o distanciamento, tendo o texto como “[...] o paradigma do distanciamento na comunicação” (Ricoeur, 2008, p.52).

A dialética entre o distanciamento e a pertença marca, também, a dialética entre a explicação e a compreensão. (i) A pertença é a característica heideggeriana do Ser-no-mundo: ele pertence ontologicamente a um determinado tempo histórico e a um determinado contexto social. (ii) O distanciamento é a redenção da hermenêutica com a epistemologia: o discurso potencialmente objetivável a partir do seu conteúdo proposicional, permite o acesso ao (mundo do) texto. O texto é a mediação fundamental do Ser-no-mundo com o mundo e a linguagem é a mediação fundamental do Ser-no-mundo com o texto. Dessa forma, toda atividade de interpretação acaba por revelar uma compreensão do mundo, tomada num sentido ontológico, a partir de um sujeito particular. De forma dialeticamente correspondente, toda atividade de interpretação permite, potencialmente, explicações objetivas, tomada num sentido epistemológico, de um objeto particular. Atravessando esses polos filosóficos, opera uma dinâmica sócio-histórica que envolve ambos sujeito e objeto impondo limites à atividade hermenêutica de interpretação.

3 Conclusões

O estruturalismo de Saussure inaugurou nas ciências sociais uma espécie de virada linguística: substituiu a história pelo sistema, a narrativa pelos arranjos inteligíveis e, de forma igualmente radical, o discurso pela *langue*. A isso, seguiu-se uma espécie de caminho não linguístico na teoria do discurso, que passou a ser realizada por lógicos e epistemólogos, numa abordagem direta do fenômeno sem render tributo, no entanto, aos avanços linguísticos no campo (Ricoeur, 2000). O discurso como mecanismo operativo existencial ou como mediador da historicidade em Heidegger e Gadamer, respectivamente, dão provas do forte avanço filosófico do campo de forma independente do obscurecimento do discurso na linguística.

De forma semelhante, o avanço da AD nos EOR reflete esse percurso não linguístico do tema. A “virada linguística” proposta por Alvesson e Kärreman (2000b) não é, no limite, a descoberta de um novo método, mas sim a descoberta de um novo objeto de potencial interesse para o campo. O avanço quantitativo dos artigos publicados em AD, conceitualmente frágeis e mal operacionalizados (Alvesson & Kärreman, 2000a) parece demonstrar que o interesse maior do campo reside mais na

temática e menos nos seus complexos aspectos teórico-metodológicos ou onto-epistemológicos adjacentes. Poucos são os trabalhos que procuram resolver essas questões. Ademais, o uso prático da temática parece possuir uma justificativa apriorística que dispensa o autor de articular os enlaces entre texto e contexto e entre método e teoria, deslocando ou não aproximando o sujeito do discurso de seu local de fala.

Se a preterição do discurso pelos linguistas estruturalistas permitiu o avanço das discussões ontológicas no discurso nas ciências humanas, parece que a transposição do discurso de seus locais (inter)disciplinares de origem para o EOR não comoveu o campo a proceder com o rigor semelhante, ainda que sob qualquer ponto de vista filosófico que se tenha em mente (epistemológico ou ontológico). Mesmo os trabalhos que manifestam posições meta-teóricas mais bem definidas, como os da assim chamada Análise Crítica do Discurso (CDA) e os construtivistas/institucionalistas, carecem de aprofundamento, mesmo no nível teórico-conceitual. É evidente que não se tratam de trabalhos sem consistência teórica: são, para além disso, trabalhos que pouco se preocupam em articular e avançar os conceitos próprios da AD. Fairclough (2003), por exemplo, é uma autora comumente citada na CDA. Ela define (e diferencia) os conceitos de: (i) texto, como um elemento linguístico e semiótico dos eventos sociais a partir de uma perspectiva multimodal; (ii) língua como os aspectos verbais da estrutura linguística (palavras, sentenças, etc.); e (iii) discurso como um elemento da vida social interconectado com outros elementos (textos com textos). Porém, é raro o uso e a articulação desses conceitos dentro do campo.

A hermenêutica de Ricoeur se desenha, quase sempre, a partir de pares dialéticos. É dessa forma que o autor resolve o problema do discurso como evento e significação, e o problema da filosofia como compreensão e explicação, por exemplo. Na *Metáfora Viva*, ele propõe um outro par, o do discurso e da língua: “ainda que a filosofia tenha avançado na teoria do discurso, o avanço verificado nas ciências humanas pela linguística da língua não permite mais tratar por preterição a relação do discurso com a língua” (Ricoeur, 2000, p.109). Para Ricoeur, os avanços isolados da semântica do discurso tiram proveito dos avanços propostos pela semiótica dos signos. O campo poderia fazer uso dessa aproximação entre a teoria do discurso e a linguística e operacionalizar seus conceitos, quer seja os da sociolinguística de Fairclough, quer seja os da hermenêutica ricoeuriana.

A AD poderia se beneficiar, então, de definições mais claras sobre os seus conceitos mais elementares, devendo ser capaz de responder o que é texto, o que é discurso, o que é narrativa, o que os diferenciam e quais seus impactos para o campo; o que são semântica e semiótica – para além de meras taxinomias – e quais os impactos epistemológicos desses conceitos no interior da AD; E, principalmente, a AD deve propor reflexões mais profundas acerca de qual é o tratamento teórico-metodológico e onto-epistemológico adequado às particularidades do discurso.

Nesse sentido, a hermenêutica ricoeuriana pode reivindicar-se um método para explicar o mundo das organizações, ainda que sua posição de origem seja a partir das ciências humanas, e ainda que as transposições entre esse tipo de hermenêutica e os EOR requeiram cuidados e possam incorrer em riscos na sua operacionalização (Pegino, 2016). É preciso ter em mente, contudo, que reivindicar um método é o equivalente a reivindicar-se como uma epistemologia, definindo critérios da crítica e de verdade e limites ontológicos para a AD. Não é, como se costuma ver nas disciplinas de metodologia científica nas pós-graduações em Administração, tratar a hermenêutica como um delineamento ou um protocolo de pesquisa.

Tendo o discurso como ponto de partida, a hermenêutica ricoeuriana resolve todas as suas aporias teórico-metodológicas: desde aquelas posicionadas em seu (i) plano ontológico, equivalente ao plano do ser-no-mundo, tomando consciência da existência de um ser que compreende um mundo objetivo e que este mundo objetivo fornece significações a essa compreensão; em seu (ii) plano epistemológico, correspondente ao plano da objetivação do texto, que não abre mão da possibilidade da crítica (enquanto caráter explicativo), e que toma consciência da existência de uma tensão dialética entre a explicação e a compreensão; até seu (iii) plano metodológico, com a distinção fundamental entre a semântica e a semiótica e com a distinção das unidades mais simples da linguagem (o signo e a frase).

Referências

- Alvesson M., & Kärreman D. (2000a) Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. *Human Relations*, 53(9), 1125-1149.
- Alvesson M., & Kärreman D. (2000b) Taking the Linguistic Turn in Organizational Research: Challenges, Responses, Consequences. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 36(9), 136-158.

- Alvesson M., & Kärreman D. (2011) Decolonializing discourse: Critical reflections on organizational discourse analysis. *Human Relations*, 64(9), 1121-1146.
- Bendl, R. (2008). Gender Subtexts: reproduction of exclusion in organizational discourse. *British Journal of Management*, 19(1), 50-64.
- Bergstrom, A., & Knights, D. (2006). Organizational Discourse and Subjectivity: subjectification during processes of recruitment. *Human Relations*, 59(3), 351-377.
- Bommel, K., & Spicer, A. (2011). Hail the Snail: Hegemonic Struggles in the Slow Food Movement. *Organization Studies*, 32(12), 1717-1744.
- Brandão, G. R. (2006). Gestão de Pessoas e as Universidades Corporativas: dois lados da mesma moeda? *Revista de Administração de Empresas*, 46(2), 22-33.
- Carrieri, A. P., & Corrêa, A. M. H. (2007). Percurso Semântico do Assédio Moral na Trajetória Profissional de Mulheres Gerentes. *Revista de Administração de Empresas*, 47(1), 22-32.
- Carrieri, A. P., Leite-da-Silva, A. R., Souza, M. M. P., & Pimentel, T. D. (2006). Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. *Revista Economia & Gestão*, 6(12), 1-22.
- Costa, I. S. A. (2007). Teletrabalho: subjugação e construção de subjetividades. *Revista de Administração Pública*, 41(1), 105-124.
- Curtis, R. (2014). Foucault beyond Fairclough: From Transcendental to Immanent Critique in Organization Studies. *Organization Studies*, 35(12), 1753-1772.
- Doolin, B. (2002). Enterprise Discourse, Professional Identity and the Organizational Control of Hospital Clinicians. *Organization Studies*, 23(3), 369-390.
- Driver, M. (2007). Reviewer Feedback as Discourse of the Other: a psychoanalytic perspective on the manuscript review process. *Journal of Management Inquiry*, 16(4), 351-360.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- Fairclough, N. (2003). *Analyzing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2005). Discourse Analysis in Organization Studies: The Case for Critical Realism. *Organization Studies*, 26(6), 915-939.
- Fairhurst, G. T. (2004). Textuality and Agency in Interaction Analysis. *Organization*, 11(3), 335-353.
- Faria, J. H. (2015). Análise De Discurso Em Estudos Organizacionais: As Concepções De Pêcheux E Bakhtin. *Teoria e Prática em Administração*, 5(2), 51-71.
- Gadamer, H. G. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (3 ed.). Petrópolis: Vozes, 1999.
- Golant, B. D., & Sillince, J. A. A. (2007). The Constitution of Organizational Legitimacy: A Narrative Perspective. *Organization Studies*, 28(08), 1149-1167.
- Grant, D., Hardy, C., Oswick, C., Phillips, N., & Putnam, L. (2004). *Handbook of Organizational Discourse*. (Eds.) Thousand Oaks, CA: Sage.
- Halsall, R. (2009). The Discourse of Corporate Cosmopolitanism. *British Journal of Management*, 20(1), 136-148
- Hardy, C. (2004) Scaling Up and Bearing Down in Discourse Analysis: Questions Regarding Textual Agencies and their Context. *Organization*, 11(3), 415-425.
- Hardy, C., & Grant, D. Readers beware: Provocation, problematization and...problems. *Human Relations*, 65(2012), 547-566.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e Tempo* (15 ed.). Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Universidade São Francisco.
- Holt, R., & Mueller, F. (2011). Wittgenstein, Heidegger and Drawing Lines in Organization Studies. *Organization Studies*, 32(1), 67-84.
- Iedema, R., Degeling, P., Braithwaite, J., & White, L. (2003). 'It's an Interesting Conversation I'm Hearing': The Doctor as Manager. *Organization Studies*, 25(1): 15-33.
- Kallio, T. J. (2007). Taboos in Corporate Social Responsibility Discourse. *Journal of Business Ethics*, 74(2), 165-175.

- Leitch S., & Palmer I. (2010) Analysing texts in context: Current practices and new protocols for critical discourse analysis in organization studies. *Journal of Management Studies*, 47(6), 1194-1212.
- Lévi-Strauss, C. (1975). *Antropologia Estrutural* (4 ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Maguire, S. (1999). The Discourse of Control. *Journal of Business Ethics*, 19(1), 109-114.
- Marshak, R. J., & Grant, D. (2008). Organizational Discourse and New Organization Development Practices. *British Journal of Management*, 19(1), 7-19.
- Mengis, J. & Eppler, M. J. (2008). Understanding and Managing Conversations from a Knowledge Perspective: An Analysis of the Roles and Rules of Face-to-face Conversations in Organizations. *Organization Studies*, 29(10), 1287-1313.
- Musson, G., & Duberley, J. (2007). Change, Change or be Exchanged: the discourse of participation and the manufacture of identity. *Journal of Management Studies*, 44(1), 143-164.
- Nayak, A., & Becket, A. (2008). Infantilized Adults or Confident Consumers? Enterprise discourse in the UK retail banking industry. *Organization*, 15(3), 407-425.
- Ogbor, J. (2000). Mythicizing and Reification in Entrepreneurial Discourse: ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of Management Studies*, 37(5), 605-635
- Oliveira, S. A., Fragoso Sobrinho, R. M., & Guarido Filho, E. R. (2015). Análise do Discurso no Institucionalismo Organizacional: Possibilidades a Partir do Discurso Midiático. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 14(1), 45-58.
- Peci, A., Vieira, M. M. F., & Clegg, S. R. (2006). A Construção do "Real" e Práticas Discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 51-71.
- Pegino, P. M. (2016). Hermenêutica Ricoeuriana e sua Articulação nos Estudos Organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 56(5): 578-584.
- Phillips N., & Hardy C. (2002). *Discourse analysis: investigating processes of social construction*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Reynolds, M., & Yuthas, K. (2008). Moral Discourse and Corporate Social Responsibility Reporting. *Journal of Business Ethics*, 78(1), 47-64.
- Ricoeur, P. (1969). *Le conflit des interprétations: Essais sur l'herméneutique*. Paris: Editions du Seuil.
- Ricoeur, P. (1976). *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, P. (1981). *Hermeneutics and the Human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation*. Cambridge, New York, Melbourne.
- Ricoeur, P. (2000). *A Metáfora Viva*. São Paulo: Loyola.
- Ricoeur, P. (2004). *The Conflict of Interpretations: essays in hermeneutics*. London/New York: Continuum.
- Ricoeur, P. (2008). *Hermenêutica e Ideologias*. Petrópolis: Vozes.
- Rudolph, K. (2006). The Linguistic Turn Revisited: On Time and Language. *Differences*, 17(2), 64-95.
- Saraiva, L. A. S., Pimenta, S. M., & Correa, M. L. (2004). Dimensões dos Discursos em uma Empresa Têxtil Mineira. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 57-79.
- Saussure, F. de. (2006). *Curso de lingüística geral*. (27 ed.). São Paulo: Cultrix.
- Smith, C., Valsecchi, R., Mueller, F., & Gabe, J. (2008). Knowledge and the Discourse of Labour Process Transformation: nurses and the case of NHS Direct for England. *Work, Employment & Society*, 22(4), 581-599.
- Surkis, J. (2012). When Was the Linguistic Turn? A Genealogy. *Am Hist Rev* 2012; 117(3), 700-722.
- Thompson, P. & Harley, B. (2012). Beneath the Radar? A Critical Realist Analysis of 'The Knowledge Economy' and 'Shareholder Value' as Competing Discourses. *Organization Studies*, 33(10), 1363-1381.
- Vaara, E., Tienari, J., & Laurila, J. (2006). Pulp and Paper Fiction: On the Discursive Legitimation of Global Industrial Restructuring. *Organization Studies*, 27(6), 789-810.
- Van Dijk, T. A. (2001). 'Multidisciplinary CDA'. In Wodak, R. and Meyer, M. (Eds), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage.

Werner, M. D., & Cornelissen, J. P. (2014). Framing the Change: Switching and Blending Frames and their Role in Instigating Institutional Change. *Organization Studies*, 35(10), 1449-1472.

Woodman, R. W. (2008). Discourse, Metaphor and Organizational Change: the wine is new, but the bottle is old. *British Journal of Management*, 19(1), 33-37.

Zanoni, P., & Janssens, M. (2015). The Power of Diversity Discourses at Work: On the Interlocking Nature of Diversities and Occupations. *Organization Studies*, 36(11), 1463-1483.